

## “TODOS FALAM E NINGUÉM LÊ”: NOTAS SOBRE O COTIDIANO DOS GABINETES DE LEITURA DE IPU E CAMOCIM (1886-1919)<sup>1</sup>

Jorge Luiz Ferreira Lima<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho busca trazer à luz alguns indícios colhidos junto às fontes pesquisadas acerca do cotidiano dos Gabinetes de Leitura da região norte do Ceará. Recorrendo à imprensa e a publicações de autores locais, percebemos algo acerca da distância existente entre a prática de leitura sugerida pelos gabinetes e o que efetivamente se verificava em seu cotidiano.

**PALAVRAS-CHAVE:** gabinetes de leitura, cotidiano, leitura.

**ABSTRACT:** This paper seeks to bring to light some evidence collected from the sources of research about the offices of the daily reading of the northern region of Ceara. Using the press and publications by local authors, we noticed something about the gap between the practice of reading suggested by the offices and that actually it was in their daily lives.

**KEYWORDS:** offices reading, daily, reading.

### **Introdução**

Entender como se organizavam e mantinham a nível material os Gabinetes de Leitura nos remeteria ao uso da documentação diretamente produzido por eles. Livros de visita, livros de ata, registros de contabilidade e livros de tombo tem sido um objeto de constante busca. Os resultados, no entanto, sempre foram terrivelmente desanimadores. Os esforços empreendidos resultaram na dura constatação de que estes materiais sofreram processos diversos de extravio.

---

<sup>1</sup> Texto resultante da pesquisa desenvolvida a partir do projeto “Cultura letrada e sociabilidade urbana: gabinetes de leitura na região norte do Ceará (1886-1919)” em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira e financiado pela CAPES.

<sup>2</sup> Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará.  
E-mail: jorgehistoriaufc@yahoo.com.br.

A carência de fontes diretas, no entanto, não atinge apenas este ponto de nossa discussão. A todo o tempo temos lidado com a escassez recorrendo a fontes de natureza indireta, como a imprensa e os livros publicados por memorialistas.

### **O cotidiano dos Gabinetes de Leitura na imprensa e nos livros de memória**

A imprensa vem fornecer o balancete do Gabinete de Leitura Ipuense referente ao segundo semestre de 1918 e ao ano de 1919. Tal documento foi publicado no *Correio do Norte*, edição de 8 de janeiro de 1920. Naquele ano, o Gabinete abria suas portas diariamente a partir das 18:30h e, aos domingos, a partir de meio dia<sup>3</sup>.

João Mozart da Silva, em seu livro “Ipu do meu xodó”, faz a seguinte descrição do Gabinete de Leitura:

“O Gabinete ficou instalado num salão grande na casa que residiu o nosso ex-vigário, padre Francisco Máximo Feitosa, de saudosa memória. Rapidamente foram adquiridas dezenas de livros e algumas estantes para guardar o acervo. Servia de contínuo o insuportável garoto Xavier Timbó, encarregado de abrir, varrer, espanar, apanhar café para os presentes e, às nove horas da noite, fechar tudo.”<sup>4</sup>

Da citação acima, percebemos que o horário de encerramento das atividades do Gabinete era 21:30h, ou seja, permanecia diariamente aberto por três horas, no período noturno, sinalizando que se destinava a um público alvo cujo período diurno era consumido em atividades outras que não a leitura. Podemos enxergar aí um elemento importante para compreender o tipo de leitura proposta pelos gabinetes. Uma leitura feita à noite, dispondo de apenas três horas, serviria para o lazer, mas também para completar reflexões iniciadas a partir de outras leituras. O Gabinete foi pensado para ser lugar de estudo, de ilustração do espírito, atividade em que deveriam os letrados ocupar suas poucas horas disponíveis ao fim do dia.

---

<sup>3</sup> O “Gabinete de Leitura Ipuense” festeja seu 1º aniversário. *Correio do Norte*. Op. cit.

<sup>4</sup> SILVA, João Mozart da. *Ipu do meu xodó*. Fortaleza: Nacional, 2005, p. 83. João Mozart da Silva nasceu em Ipu no dia 29 de agosto de 1901 e faleceu em Fortaleza a 27 de agosto de 1990. Aprendeu o ofício de tipógrafo trabalhando, ainda muito jovem, nas oficinas tipográficas do *Correio do Norte*. Ao morrer, deixou escritas suas memórias. Seus filhos encontraram o manuscrito em 2005 e logo providenciaram a publicação.

Já vimos como o Gabinete de Leitura Ipuense passou a ressentir-se da baixa frequência ao seu salão de leitura. Mesmo com o atraente acervo de livros, revistas e jornais, as poucas pessoas alfabetizadas, especialmente os jovens, preferiam procurar distração e divertimento em outros espaços.

O Gabinete de Leitura Ipuense, como era comum aos gabinetes, mantinha uma mobília adequada à leitura. Estantes recheadas de livros e uma imensa mesa faziam parte desta mobília. Tudo pensado para proporcionar uma leitura agradável e concentrada. O gabinete é um espaço projetado para o estudo mais que para o simples deleite.

No entanto, a montagem deste material, feita com o intuito de promover a prática de uma leitura instrutiva/formativa, acabou não atingindo o objetivo pretendido. Abílio Martins, eleito orador oficial do Gabinete de Leitura Ipuense em 1918, deixou, após sua morte prematura em 1923, o poema que transcrevemos a seguir:

#### “GABINETE IPUENSE DE LEITURA

Eu sou o Gabinete de Leitura,  
Instalado, à vontade, aqui, na Praça  
Da Matriz! Que beleza e que ventura  
Ter casa boa prá morar de graça!

Na frente, um magnífico salão,  
No quintal um galpão,  
Para os fundos, além, há um banheiro  
Com bomba especial,  
Depois, mais um portão,  
Alem do qual,  
À guisa de chiqueiro,  
Pode-se etc e tal  
Atraz do bananal...

Dá-se, porém,  
Que sou um Gabinete, onde ninguém  
Tem direito a ler nem meditar,  
Sob a ação do silêncio mais profundo:  
Todo sócio compraz-se em provocar

O barulho mais doido deste mundo!  
Ninguém respeita mais o Presidente,  
Por mais silêncio e ordem que ele peça!  
O Prefeito conversa irreverente,  
O chapéu enterrado na cabeça...

Respeito aos ‘Estatutos’ foi um dia  
Foi coisa de um momento,

Morreu o ‘Regimento’!  
E haver quem zombe, em meio a esta anarquia,  
Que me transforma em verdadeiro inferno:  
- ‘Gente, cadê o ‘Regimento interno’?’<sup>5</sup>

O quadro pintado nos versos de Abílio Martins reflete em tom irreverente a desordem reinante nas sessões do Gabinete de Leitura Ipuense. Por outro lado, expõe a presença de alguns insumos e artefato que refletem a preocupação com a montagem de uma boa infra-estrutura para o Gabinete. O banheiro era dotado de bomba especial, demonstrando o zelo pela higiene do local, provavelmente resultado do cuidado de seu presidente, Francisco das Chagas Pinto da Silveira, médico e delegado de higiene.

A sede localizava-se na Praça da Matriz, atual Praça Thomaz Corrêa, ao lado da casa do vigário, padre Gonçalo de Oliveira Lima<sup>6</sup>. O primeiro e principal cômodo do prédio era um vasto salão. Ali, provavelmente, estava a biblioteca e toda a mobília destinada à leitura. Francisco das Chagas Pinto, ocupando a presidência em 1920, esclarece que este vasto salão principal foi resultado de uma reforma empreendida no prédio no correr do ano de 1919. Antes, havia dois cômodos menores, os quais foram transformados em um só com a dita reforma. Após sua conclusão, os livros e estantes foram transportados para este salão<sup>7</sup>.

A preocupação com a estrutura física do prédio, especialmente com a sala/salão de leitura denunciam a intenção de proporcionar aos sócios do Gabinete a oportunidade de praticar uma leitura formativa. O gabinete foi pensado para ser um ambiente de estudo onde se pudesse “ler” e “meditar”, como escreveu Abílio Martins.

Apesar do aparato material concretizado no amplo salão principal, com suas estantes onde estavam acondicionados os livros do acervo, da presença de inúmeros jornais, desde as simples folhas enviadas de outras localidades da região norte do Ceará, passando por jornais de Fortaleza e de outros centros desenvolvidos do sul e sudeste brasileiro, até jornais e revistas oriundos do estrangeiro, tudo colocado à disposição dos sócios, o que se verificava no interior do Gabinete andava muito distante daquela prática de leitura sugerida pela montagem desta estrutura.

Não havia, da parte dos sócios, a devida disposição para a leitura. O barulho, a desordem e a algazarra davam o tom às reuniões do Gabinete, apesar dos insistentes

---

<sup>5</sup> MARTINS, Abílio. *Versos alegres*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1950, p. 32.

<sup>6</sup> ARAUJO, Antonio Marrocos de. *A Coluna Prestes no interior do Ceará*. [n/d], 1982.

<sup>7</sup> O “Gabinete de Leitura Ipuense” festeja seu 1º aniversário. *Correio do Norte*. Op. cit.

apelos do presidente, a quem ninguém mais respeitava. Tudo isto contradizia os próprios estatutos da instituição, transformados em letra morta por sócios completamente insensíveis às exigências de concentração para a prática da leitura.

Jean Marie Goulemot afirma que “somos um corpo leitor que cansa ou fica sonolento, que boceja, experimenta dores, formigamentos, sofre câibras. Há mesmo uma instituição do corpo que lê”<sup>8</sup>. Este corpo em disposição apropriada para a leitura foi exatamente o que não se verificou no Gabinete de Leitura Ipuense. Ali, os corpos foram colocados em disposição apontada por Abílio Martins como totalmente contrária à prática da leitura esperada para seus frequentadores. Não se verificava naquelas tumultuadas sessões o cumprimento daquele “ritual” que envolve a prática da leitura em vários tempos<sup>9</sup>.

A ausência desta disposição para a leitura, apesar de todo o esforço direcionado à sua promoção evidenciado na montagem da infraestrutura material presente na sede do Gabinete, denuncia a estranheza de parte dos sócios para com a leitura formativa que se pretendia estimular com a instalação daquela instituição.

O desrespeito ia além do barulho levantado durante as sessões onde a leitura deveria ocupar o primeiro lugar. O cuidado com a higiene sinalizado na montagem do banheiro dotado de bomba especial parece não ter sido levado em consideração por todos, pois havia, como insinua Abílio Martins, aqueles que preferiam não usá-lo na satisfação de suas necessidades fisiológicas, optando por transpor o portão que havia após o banheiro para fazer “etc. e tal” atrás do bananal.

Supomos que os estatutos foram impressos, pois esta era prática comum entre os gabinetes de leitura, ainda mais considerando o fato de a cidade contar com a tipografia do *Correio do Norte*. Infelizmente, nenhum exemplar foi localizado pela pesquisa até o momento, obrigando-nos a avançar baseados na coleta de “pormenores negligenciáveis”<sup>10</sup>.

Havia ainda o movimento financeiro cuja apuração e registro eram colocados a cargo do tesoureiro. O Gabinete de Leitura Ipuense teve seu balancete referente ao

---

<sup>8</sup> GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentido. In: CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 109.

<sup>9</sup> Id. Ibidem.

<sup>10</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia da Letras, 1999.

segundo semestre de 1918 e os doze meses de 1919 publicados no *Correio do Norte*, edição de 8 de janeiro de 1920<sup>11</sup>.

O propósito ao examinar este documento é perceber, através dos registros de receitas e despesas do Gabinete, algo de sua trajetória e da forma como se inseriu no cotidiano da cidade com sua proposta de uma prática de leitura formativa.

Em novembro de 1918, a importância arrecadada a títulos de “jóias” foi 180\$000 (cento e oitenta mil réis), enquanto as mensalidades chegaram a 68\$000 (sessenta e oito mil réis). Neste momento, o Gabinete de Leitura passava pela fase inicial marcada por intenso esforço no sentido de angariar novos sócios e livros para o acervo. Este esforço foi capitaneado por Abílio Martins<sup>12</sup>. Lembramos ainda que a ideia de se criar um gabinete de leitura para a cidade de Ipu foi proposta em reunião da Sociedade Gremio Recreativo 7 de Setembro, em sessão de 27 de outubro de 1918, por Francisco das Chagas Pinto da Silveira<sup>13</sup>.

Da quantia arrecadada em novembro de 1918, foram gastos 52\$500 (cinquenta e dois mil e quinhentos réis) com a assinatura do jornal *Estado de São Paulo* e da revista *Fon-Fon*.

No mês seguinte – dezembro de 1918 – o valor arrecadado a título de jóia sofreu uma considerável queda, chegando a 5\$000 (cinco mil réis). Considerando que a jóia era uma taxa paga por ocasião do ingresso do novo sócio nos quadros da instituição, percebe-se claramente um arrefecimento no processo de angariamento de novos sócios na passagem de novembro para dezembro de 1918. Em outras palavras, a empolgação em torno do Gabinete estava passando e os sócios já não chegaram tanto quanto no mês anterior. Restava saber se os já ingressos permaneceriam fiéis ao compromisso financeiro com a instituição.

A importância arrecadada a título de mensalidades, por outro lado, subiu a 108\$200 (cento e oito mil e duzentos réis), ou seja, os sócios ingressos no mês anterior satisfizeram o compromisso de pagar sua mensalidade, prometendo prosperidade ao Gabinete que nascia. O saldo em caixa no mês de dezembro foi de 160\$300 (cento e sessenta mil e trezentos réis). Em novembro, havia sido de 195\$500 (cento e noventa e

---

<sup>11</sup> Balancete Geral do GABINETE DE LEITURA IPUENSE a contar de Novembro de 1918 a Dezembro de 1919. *Correio do Norte*. Op. cit. p. 3-4.

<sup>12</sup> ARAUJO, Antonio Marrocos. Gabinete de Leitura Ipuense. *Revista dos Municípios*. Fortaleza, n. 1, p. 41, 1929.

<sup>13</sup> Id. *Ibidem*.

cinco mil e quinhentos réis). Houve já uma queda, fruto do aumento das despesas e diminuição das receitas.

As despesas em dezembro envolveram mais assinaturas de periódicos, desta vez, a revista *Eu Sei Tudo*, o jornal *Correio da Manhã* e o *Jornal do Commercio*. Também foram adquiridos envelopes, selos e cola.

O mês de janeiro de 1919 teve uma receita de 120\$226 (cento e vinte mil e duzentos e vinte e seis réis) originada pelo pagamento de jóia, mensalidades e de uma arrecadação feita na sessão especial do dia 5. As mensalidades continuam a responder por mais de oitenta por cento da receita. As despesas do referido mês chegaram a 57\$900 (cinquenta e sete mil e novecentos réis), ficando o saldo positivo em 222\$626 (duzentos e vinte e dois mil seiscentos e vinte e seis réis). Como se pode ver, o saldo vinha aumentando desde o primeiro mês.

Em fevereiro de 1919, a receita chegou a 224\$400 (duzentos e vinte e quatro mil e quatrocentos réis), oriunda das mensalidades. Neste mês, a firma *Souza Carvalho & Filho*, de Fortaleza, doou ao Gabinete a quantia de 100\$000 (cem mil réis). Não foram registradas despesas para este mês, subindo o saldo para 447\$026 (quatrocentos e quarenta e sete mil e vinte e seis réis).

As receitas em março de 1919 chegaram a 94\$500 (noventa e quatro mil e quinhentos réis), originadas exclusivamente pelo pagamento das mensalidades. As despesas, por outro lado, elevaram-se a 176\$500 (cento e setenta e seis mil e quinhentos réis), rebaixando o saldo para 365\$026 (trezentos e sessenta e cinco mil e vinte e seis réis). Entre as despesas inclui-se a compra de livros, conserto da mesa de leitura, limpeza do prédio, aquisição de carbureto para iluminação – o Gabinete funcionava à noite – compra de estante, vidros, lixa, cola, cabides, lâmpadas e o pagamento do serviço de pintura de uma porta. O tesoureiro, ao que indicam os números citados, esperou o saldo crescer até certo ponto para empreender estas despesas no sentido de melhorar a estrutura da instituição.

Em abril, temos nova queda na receita, desta vez chegando a 65\$334 (sessenta e cinco mil trezentos e trinta e quatro réis), enquanto a despesa caía ainda mais, chegando a meros 22\$300 (vinte e dois mil e trezentos réis). As despesas do mês anterior, apesar de mais avultadas, foram de caráter pontual. Este mês contou apenas com despesas de rotina, como a aquisição de carbureto e copos, tudo feito junto ao comércio local. O saldo final sofreu nova elevação chegando neste mês a 407\$860

(quatrocentos e sete mil oitocentos e sessenta réis). O Gabinete contava, neste momento, com um saldo razoável, em se considerando a manutenção de suas despesas de rotina.

A receita registrou leve alta no mês de maio, chegando a 87\$000 (oitenta e sete mil réis), enquanto a despesa manteve-se baixa, chegando a 20\$800 (vinte mil e oitocentos réis), composta das mesmas contas rotineiras (carbureto e telegramas). O saldo teve leve alta chegando a 474\$060 (quatrocentos e setenta e quatro mil e sessenta réis). O Gabinete atinge aqui o que se esperaria ser seu quadro financeiro estável, caracterizado por despesas de rotina abaixo das receitas. O desafio seria, daqui por diante, manter a receita no mesmo nível ou em ascendência. Isto dependia da fidelidade dos sócios na satisfação de seu compromisso com a instituição.

A receita de junho de 1919 sofreu uma queda de quase cinqüenta por cento em relação ao mês anterior, chegando a meros 54\$570 (cinqüenta e quatro mil quinhentos e setenta réis), enquanto a despesa manteve-se no mesmo patamar com leve queda, chegando a 19\$140 (dezenove mil cento e quarenta réis), devidos ao pagamento do carbureto e do encarregado pela iluminação, além do reparo de uma lâmpada. O saldo elevou-se a 509\$490 (quinhentos e nove mil quatrocentos e noventa réis).

Em julho a despesa chegou a 35\$890 (trinta e cinco mil oitocentos e noventa réis), sendo o aumento explicado pelo pagamento de imposto sobre o prédio à Coletoria Estadual. A receita, infelizmente, não pode ser coligida porque o trecho do jornal está ilegível neste ponto, não nos sendo permitido acompanhar também o saldo.

O dano feito à página do *Correio do Norte* impede também a visualização do valor das receitas do mês de agosto de 1919. As despesas deste chegaram a 14\$100 (catorze mil e cem réis), incluindo os serviços do contínuo, aquisição de tinta e carbureto.

A despesa em setembro de 1919 chegou a meros 13\$680 (treze mil seiscentos e oitenta réis), sendo composta pela aquisição do carbureto e pagamento a firma *Bezerra, Aragão & Cia*. Não nos é ainda possível visualizar o valor da receita em face da longa rasura na página do jornal.

A receita de outubro foi de 112\$000, formado por duas cauções para a compra de livros no valor de 20\$000 (vinte mil réis) cada, fornecidas pelos sócios Dario Pessoa e Abdoral Timbó. As mensalidades arrecadadas alcançaram a quantia de 72\$000 (setenta e dois mil réis). As despesas, por sua vez, chegaram a 450\$500 (quatrocentos e cinqüenta mil e quinhentos réis). Neste mês foram gastos 121\$500 (cento e vinte e hum

mil e quinhentos réis) com frete, carroto e encadernação de livros. Outra despesa alta foi a compra de uma estante e um arquivo no valor de 235\$000 (duzentos e trinta e cinco mil réis). As demais se inserem no grupo das despesas de rotina: compra de lâmpada, papel e vidro.

Em novembro, a receita chegou a 71\$000 (setenta e hum mil réis), mostrando sua estabilidade. Incluiu uma caução para retirada de livros pelo sócio Gustavo Tavares. As despesas chegaram a 54\$750 (cinquenta e quatro mil setecentos e cinquenta réis), envolvendo a devolução da caução de Dario Pessoa, a compra de um espanador, um livro em branco para as despesas e fazenda para forrar mapas, além de um pagamento no valor de 6\$000 (seis mil réis) a Placido Passos.

A receita em dezembro de 1919 elevou-se a 304\$200 (trezentos e quatro mil e duzentos réis), sendo inflada pelo pagamento da subvenção concedida ao Gabinete pela Prefeitura Municipal através da Lei nº 60, no valor de 240\$000 (duzentos e quarenta mil réis). A venda de jornais velhos rendeu a quantia de 25\$400 (vinte e cinco mil e quatrocentos réis). As despesas não ficaram atrás, chegando a 303\$420 (trezentos e três mil quatrocentos e vinte réis), envolvendo o pagamento de assinaturas do *Correio da Manhã*, revista *Eu Sei Tudo* e do *Jornal do Commercio*. Também foram pagos selos, molduras, arandelas, porta relógio, tinta, papel, estampilhas, os serviços do cobrador e do contínuo, a aquisição de uma escrivaninha, catálogo e o já conhecido carbureto.

Ao final do balancete, Joaquim Lima – o tesoureiro – aponta um saldo positivo no valor de 217\$430 (duzentos e dezessete mil quatrocentos e trinta réis).

Percebemos ao longo do período coberto pelo balancete apresentado que a aquisição de livros se fazia em momentos pontuais. A escolha destes momentos era feita com base na decisão do presidente, assessorado pelo tesoureiro, pois tais aquisições dependiam da disponibilidade de recursos no caixa. Além dos valores referentes ao preço cobrado pelas livrarias, havia ainda os serviços de transporte, onde invariavelmente entravam as companhias de navegação a vapor e a Estrada de Ferro de Sobral.

Considerando os carimbos localizados nos livros dos acervos do Gabinete de Leitura Ipuense e do Gabinete de Leitura Camocinense, as livrarias de onde partiam os livros que chegaram aos referidos acervos localizavam-se em praças variadas. Fortaleza ocupa o primeiro lugar como ponto de origem para a compra destes livros, seja da parte dos gabinetes, seja da parte dos doadores de volumes aos mesmos.

A compra de livros em Fortaleza, quando feita pelos gabinetes de leitura da região norte, envolvia o envio através dos vapores, sendo os livros desembarcados em Camocim. Dali, chegavam ao destino por meio dos trens da Estrada de Ferro de Sobral. Todo este percurso envolvia custos. O frete dos vapores e o frete ferroviário, além dos trabalhos de carroto e despacho.

Casas especializadas na venda de livros não existiam na região, excetuando-se a Casa Menescal – Livraria e Papelaria, localizada em Camocim, sob a organização de Francisco Menescal Carneiro, um dos fundadores e presidente do Gabinete Camocinense de Leitura em 1921<sup>14</sup>.

O caso de Camocim remete a outro ponto importante quando se trata do cotidiano dos gabinetes de leitura. O problema representado pelo extravio dos livros do acervo parece não ter começado apenas após o fim dos gabinetes. Em Camocim, no ano de 1921, já se tinha notícias do desvio de livros, tomados de empréstimo e não mais devolvidos à instituição, despertando a ira do bibliotecário.

O Artigo 23 dos Estatutos do Gabinete de Leitura Camocinense dizia: “Não é permitido a pessoa alguma retirar livros do Gabinete para lê-los em casa”<sup>15</sup>. O Gabinete de Leitura Ipuense, por sua vez, previa a retirada de livros do acervo para leitura em ambiente exterior à sede do Gabinete, mas esta retirada estava condicionada à apresentação de uma caução no valor de 20\$000 (vinte mil réis)<sup>16</sup>. Aliás, no balancete percebemos esta retirada sendo feita mediante o devido pagamento da caução indicada, por Dario Pessoa e Abdoral Timbó.

Em Granja, embora seu gabinete de leitura dê sinais de ter tido uma curta existência, percebemos o problema do extravio do acervo ocorrendo em 1881. Irritado, o bibliotecário Raymundo Furtado publicou o seguinte aviso no jornal *Granjense*:

“ALERTA

(5ª chamada)

Já se está cansando de anunciar: As pessoas que tiverem livros do Gabinete queiram entregal-os para se carimbar.

Faltão as seguintes obras: - Amigo Intimo, Iracema, Ubirajara, [ilegível] da escravidão, Diva, Lucto, O piano de Clara, o 1º vol. da Mulher Adultera e muitas outras.

Depois será franqueada a leitura.

---

<sup>14</sup> Gabinete de leitura possui 1.040 volumes. *Camocim Jornal*. Camocim, 1º mai. 1921, p. 2.

<sup>15</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>16</sup> MARROCOS, Antonio. Gabinete de Leitura Ipuense. Op. cit.

Setembro 24.  
O Bibliothecario  
- Raymundo Furtado.”<sup>17</sup>

Os livros estavam exercendo, pelo que pudemos ver através da citação acima, além do papel de formadores, o papel de objetos de cobiça. A retirada e não devolução denuncia, na visão dos responsáveis pela fundação e organização dos gabinetes, notadamente os bibliotecários, a falta de uma mentalidade leitora desenvolvida.

O Gabinete de Leitura Ipuense recebeu, em 1926, uma visita bastante peculiar. Um destacamento da Coluna Prestes, em marcha do Piauí ao Rio Grande do Norte, adentrou o Ceará galgando a Serra da Ibiapaba, alcançando a cidade de Ipu na madrugada do dia 13 de janeiro de 1926<sup>18</sup>. Antonio Marrocos de Araujo, dizendo-se testemunha ocular de tais acontecimentos, os compendiou em um pequeno livro denominado “A Coluna Prestes no Interior do Ceará”, publicado em 1980, ao qual já recorreremos neste trabalho.

O destacamento composto de cem homens chegou ao Ipu tendo à frente o tenente-coronel João Alberto Lins de Barros, irmão do Dr. Apolonio Perga Bandeira de Barros, juiz de direito falecido em Ipu em 1923<sup>19</sup> e do Dr. Joaquim Alerano Bandeira de Barros, juiz de comarca de Viçosa, primeiro presidente do Gabinete Viçosense de Leitura.

A vinda de João Alberto e seu destacamento ao Ipu resultou de uma ordem emanada do próprio Luiz Carlos Prestes. O comandante geral da Coluna recomendou a João Alberto que fosse ao Ipu e dali seguisse para Arneiroz, onde o contingente deveria se reincorporar ao corpo da Coluna. A estratégia era passar pelo território cearense evitando os centros mais desenvolvidos, onde a repressão legalista já se preparava para combater a marcha dos rebeldes.

Havia, porém, outro motivo a atrair João Alberto para o Ipu. Ainda no Piauí, conforme relatou em conversa com os sócios do Gabinete de Leitura, tivera notícias de haver em Ipu um Gabinete cujo acervo continha mapas dos estados brasileiros. Sua vinda à cidade tinha, entre outros objetivos, o de conseguir se apoderar dos mapas dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, os quais facilitariam o traçado das próximas etapas da marcha da Coluna.

---

<sup>17</sup> Alerta. *Granjense*. Granja, 25 set. 1881, p. 4.

<sup>18</sup> ARAUJO, Antonio Marrocos. Op. cit.

<sup>19</sup> Dr. Apollonio de Barros. *Correio do Norte*. Ipu, 13 abr. 1922, p. 1.

Chegando à cidade, o destacamento fixou acampamento nas proximidades do cemitério, a sudeste do centro da cidade. João Aberto, depois de estabelecer contato com alguns comerciantes e chefes políticos locais, exigindo colaborações em dinheiro para a Coluna, manifestou o desejo de visitar o Gabinete de Leitura. Antonio Marrocos foi encarregado por seu presidente, Francisco das Chagas Pinto, de abrir a sede do Gabinete onde, pouco depois, chegaram o tenente-coronel e alguns membros da diretoria da instituição. Antonio Marrocos narrou a ida de João Alberto ao Gabinete com as seguintes palavras:

“Na larga mesa do Gabinete sentaram-se João Alberto, Padre Gonçalo, Thomaz Corrêa, Dr. Chagas Pinto, João Bessa e mais algumas pessoas que a minha memória já não alcança. João Alberto se levanta, aproxima-se dos mapas dos Estados do Brasil pendentes das paredes e diz:

- ‘Vim até aqui atraído por estes mapas, dos quais tive notícia no Piauí. Quatro deles – os do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco – são imprescindíveis para orientar a marcha da Coluna. Se os senhores nos facilitassem, ficaria muito grato.’

Dr. Chagas Pinto, presidente do Gabinete, prontamente atendeu ao seu pedido. Ele os foi apanhando da parede e, arrancando o facão da bainha, começou a cortar os suportes de madeira, de cima e de baixo, que têm a função de esticar a tela.”<sup>20</sup>

Em seguida, o tenente-coronel narrou suas lutas contra as forças legalistas no Maranhão e Piauí. A palestra não demorou, mas foi suficiente para que João Alberto descrevesse sua experiência de leitura, afirmando que, embora sujeito às duras contingências de sua vida rebelde, encontrava tempo para leitura durante as longas marchas da Coluna. Lançando o olhar sobre os dorsos dos volumes acondicionados nas estantes do Gabinete, João Alberto proferiu o seguinte comentário, de acordo com Marrocos:

“Gosto de ler [...]. Mas me falta tempo para a leitura. Nas grandes travessias, onde não há perigo, costumo ler a cavalo. Vou destacando e jogando fora as folhas lidas do livro. Ao fim da leitura, o livro está desfeito. Faço isso com pena, pois parece até um crime, mas tenho que ceder à necessidade de reduzir a minha bagagem ao mínimo.”<sup>21</sup>

Após estas confissões de João Alberto, o presidente do Gabinete pediu-lhe para que deixasse registradas suas impressões acerca da cidade no livro de visitas, o que o

---

<sup>20</sup> ARAUJO, Antonio Marrocos. Op. cit.

<sup>21</sup> Id. Ibidem.

tenente-coronel fez de bom grado, tendo sempre em consideração o fato de ter sido o Ipu a cidade onde seu querido irmão falecera três anos antes. Seu registro no livro foi o seguinte:

“Cidade hospitaleira, onde tudo lembra a memória de meu querido irmão. Em cada um de seus habitantes encontrei um amigo desinteressado, mais para admirar este formidável torrão, tão querido de seus filhos, tão querido destes cearenses, raça forte que tanto honra nosso Brasil. Sinto uma verdadeira satisfação moral.

Ipu, 13 de janeiro de 1926

João Alberto L. Barros.”<sup>22</sup>

A visita de João Alberto ao Gabinete de Leitura chegou ao conhecimento das forças legalistas. Poucos dias depois, um capitão da polícia chegou ao Ipu e apresentou-se ao Dr. Francisco das Chagas Pinto, presidente do Gabinete, comunicando-se que ali estava incumbido da missão de apreender o livro de visitas da instituição, visto que continha o registro da passagem de um dos líderes da Coluna Prestes pela cidade.

O presidente do Gabinete, “defendendo o patrimônio histórico da sociedade”<sup>23</sup>, desvencilhou-se daquela situação complicada afirmando que o referido livro havia sido furtado logo após a partida de João Alberto. O oficial interrogou outras pessoas sem obter informação que pudesse ser útil.

Embora o furto do livro naquela ocasião não fosse verídico, sendo apenas um argumento falso de que se valeu o presidente do Gabinete para evitar a apreensão do mesmo, o fato é que tal documento foi perdido.

João Mozart, que o vira tantas vezes, o descreveu como “um livro, grande e volumoso”<sup>24</sup>, para coleta das assinaturas dos visitantes. Tal livro deve ter sido comprado nas casas comerciais da cidade, as quais vendiam livros em branco destinados ao uso de expediente das instituições.

A partir do caso acima mencionado, percebemos que os acervos dos gabinetes estavam sujeitos às mais inusitadas formas de extravio de seus itens e que sua fama corria longas distâncias, como vemos no fato de João Alberto ter tido notícia, não se sabe como, da existência dos mapas necessários à marcha de sua Coluna na cidade de Ipu, no Gabinete de Leitura que ali havia.

---

<sup>22</sup> Id. *Ibidem*; *Revista dos Municípios*. Op. cit. p. 48.

<sup>23</sup> ARAUJO, Antonio Marrocos. Op. cit.

<sup>24</sup> SILVA, João Mozart de. Op. cit. p. 83.

De acordo com João Mozart, o Gabinete de Leitura Ipuense era ponto de encontro dos intelectuais locais, os quais criaram a hábito de se reunir em seu salão diariamente. Ali, conversavam a respeito das notícias publicadas nos periódicos. Não raro, porém, a conversa descambava para assuntos mais picantes, especialmente os relacionados à vida amorosa – ilícita, provavelmente – dos sócios ou de outros membros daquele restrito grupo social.

João Mozart enumerou aqueles cuja freqüência às sessões era certa. Segundo ele,

“Era acolá, nas suas cadeiras cativas, que Thomaz Correa, Abílio Martins, Manoel Dias, Chagas Pinto, Bessa Guimarães, Manuel Bessa, Joaquim Lima, Souto Maior, Euzébio de Sousa, Léo Martins e tantos outros desabrocharam seus instintos de cortar e picar miúdo a vida dos semelhantes. Em certas ocasiões, nem o vigário da freguesia escapava. Abílio, o mais astucioso, de corpo presente cortava a vida amorosa de Thomaz Correa, deixando-o praticamente no chão. Seu Thomaz, num balanceio de cabeça, nunca se defendia das ofensas. Mas, vez por outra, dizia baixinho e à queima-roupa: ‘Quando é que tu vais criar vergonha, Abílio?’”<sup>25</sup>

A abordagem satírica da vida amorosa dos presentes resulta do fato de ser o Gabinete de Leitura um ambiente freqüentado, ao menos por ocasião das sessões, exclusivamente por homens. Neste ambiente revestido de certa respeitabilidade e ao abrigo dos ouvidos de suas mulheres, os homens podiam dar vazão à irresistível vontade de comentar os amores ilícitos uns dos outros.

O Gabinete mostra-se como um ambiente utilizado para uma sociabilidade masculina. Não há registro da presença de mulheres nestas sessões habituais. Compareciam às sessões solenes, devidamente acompanhadas de seus maridos. A leitura feminina encontrava muitas restrições dentro de um universo machista. As mulheres, quando alfabetizadas, se demonstrassem gosto pela leitura, eram forçadas a se submeter ao controle da parte dos mais velhos, notadamente dos pais. A leitura poderia funcionar como um fator de risco à conduta moral das senhoras e donzelas, especialmente num momento em que os romances e revistas de variedades se apresentavam como portadores de conteúdos muitas vezes considerados subversivos, contrários à moral e aos bons costumes de uma sociedade ainda fortemente condicionada pela moral cristã católica.

---

<sup>25</sup> SILVA, João Mozart de. Op. cit. p. 83.

Enquanto as mulheres ficavam recolhidas no recinto de seus lares, os chefes das famílias aristocráticas da cidade – ao menos os que demonstravam certo interesse pela cultura letrada – se dirigiam ao gabinete de leitura onde se formava uma espécie de cenáculo, reunido para discussões que em muito se desviavam daqueles assuntos esperados de uma reunião de letrados.

A possibilidade de os gabinetes de leitura exercer a função de academias ou grêmios literários surge quando João Mozart menciona a existência de “cadeiras cativas”. No entanto, apesar do desconhecimento dos estatutos destas associações, nada mais leva a crer que tenham, pelo menos a nível estatutário, pretendido assumir a forma de associações fechadas, com número determinado de membros, à semelhança das academias.

Os gabinetes caracterizavam-se por seus projetos – criação de cursos noturnos e bibliotecas – para os quais era razoável angariar o maior número possível de sócios. O uso do termo “cadeira cativa” por João Mozart da Silva estaria, pois, associado ao fato de os freqüentadores assíduos do Gabinete terem se habituado a sentar sempre na mesma cadeira em volta da grande mesa de leitura posta no centro do grande salão principal.

O *Correio do Norte*, em edição de 27 de outubro de 1923, descreve uma sessão habitual do Gabinete, aproximando-se muito da descrição feita por João Mozart da Silva. O trecho é o seguinte:

“Secção habitual do Gabinete de Leitura Ipuense ou melhor, todos falam e ninguém lê.

Como sempre estão presentes: o Dr. Chagas, Cels. Th. Corrêa e João Bessa, Snrs. Abdoral Timbó e Joaquim Lima. Corria tudo normal, fallava-se da vida dos outros, isto é, de quem não estava presente, coisa muito natural.”<sup>26</sup>

Comparando esta descrição com aquela apresentada por João Mozart, percebemos muitas semelhanças, inclusive no nome dos freqüentadores. Nas duas descrições figuram as pessoas de Francisco das Chagas Pinto, presidente do Gabinete, João Bessa Guimarães, coletor federal, e Thomaz Corrêa.

Manuel Bessa, eleito secretário do Gabinete em 1918, era filho de João Bessa Guimarães e não está presente na sessão habitual descrita pelo jornal. A ausência de Abílio Martins pode ser explicada por dois possíveis motivos. O primeiro se deve ao

---

<sup>26</sup> SERRA, J. da. Coisas da Epocha. *Correio do Norte*. Ipu, 27 out. 1923, p. 2.

fato de Abílio já ter morrido quando o artigo em questão foi publicado. Abílio faleceu no dia 23 de setembro de 1923, ou seja, pouco mais de um mês antes da publicação deste texto. A outra possibilidade – mais plausível – é crermos que a ausência de Abílio justificar-se-ia por estar o texto se referindo a uma sessão do Gabinete num momento em que Abílio já havia transferido sua residência para Fortaleza, o que ele fez, de fato, ainda em 1920, atendendo ao convite do Presidente Justiniano de Serpa para ocupar a Chefatura de Polícia do Estado<sup>27</sup>.

O *Correio do Norte*, por sua vez, acrescenta a chegada de dois personagens não mencionados por João Mozart. Chegam atrasados o engenheiro Esberard Beltrão, encarregado das obras públicas instaladas na cidade àquele momento, e um sujeito identificado como “Augusto”, em quem podemos identificar o advogado Augusto Passos.

O presidente se encarregava de iniciar a conversa, fazendo-o da seguinte forma:

“[...] O Dr. Chagas, de quando em vez remexia-se na cadeira, apertava os olhos relanciando-os pelos assistentes, fixava-os no Thomaz e com um modo de rir, que lhe é próprio dava a primeira thesourada sobre qualquer assumpto, entreganda[sic] então a palavra ao Thomaz. Este com a naturalidade que admira aos que não conhecem sua longa prática sobre esses assumptos e maxima simplicidade, entrava a cortar de rijo, por entre as risadinhas mastigadas e sobancelhas no meio da testa do João Bessa.”<sup>28</sup>

Tomando em consideração as imagens fornecidas por João Mozart e pelo *Correio do Norte*, chegamos à conclusão de que o Gabinete, em suas sessões habituais, havia se distanciado absurdamente de seu objetivo principal, ou seja, promover a leitura. Do ponto de vista da sociabilidade, o Gabinete se tornou um ponto de reunião e interação para os homens de letras da cidade. A conversa descontraída, o espírito jocoso, o hábito de criticar a vida alheia não foram prerrogativa somente do Gabinete de Leitura Ipuense.

## Conclusão

---

<sup>27</sup> Dr. Abilio Martins. *Correio do Norte*. Ipu, 22 jul. 1920, p. 1.

<sup>28</sup> SERRA, J. da. Coisas da Epocha. *Correio do Norte*. Op. cit.

Durante a segunda metade do século XIX, várias cidades brasileiras conheceram uma forma de sociabilidade intelectual caracterizada por grande informalidade: os cafés. Neste momento, os intelectuais começaram a constituir seus primeiros grupos, um “campo intelectual” dava seus primeiros passos no sentido de configurar-se e consolidar-se. Ambiente descontraído e desprovido de regras rígidas de etiqueta, os salões permitiram aos primeiros intelectuais o desenvolvimento de um estilo de vida qualificado como “boêmio”.

Ao lado dos cafés, figuravam os salões aristocráticos e literários. Nestes, apesar de uma maior exigência quanto à etiqueta comportamental e à qualificação social, ainda não havia o ritualismo que mais tarde caracterizaria as academias.

Giselle Martins Venancio, discutindo a necessidade de convivência entre os intelectuais como condição necessária à própria configuração de seu “campo”, assim se expressa:

“[...] A convivência fundada nos salões, nos cafés, nas conversas entre os intelectuais era absolutamente necessária e fundamental, pois a condição de ‘homem de letras’ se acomoda mal à solidão e ao afastamento de sua ‘república’. Um intelectual solitário isola-se do mundo e perde uma das referências básicas de sua condição, a possibilidade de intercâmbio e de aprofundamento de suas idéias.”<sup>29</sup>

Seria o comportamento dos frequentadores do Gabinete de Leitura Ipuense, caracterizado pela insistência na conversa em torno da vida alheia, quando deveriam se concentrar nas leituras, um sintoma de não estarem acostumados à solidão? Temos de considerar o diminuto número de pessoas interessadas em uma sociabilidade intelectual nas pequenas cidades e vilas da região norte, onde grande parte da população, incluindo algumas parcelas dos grupos mais abastados, era analfabeta. Nesta situação, homens de letras dados à leitura não tinham muitas opções em termos de locais de sociabilidade onde pudessem partilhar suas experiências e encetar discussões a respeito de assuntos ligados ao mundo intelectual.

Mas, comentar a vida alheia nada tem a ver com discussões de cunho intelectual, poderíamos obstar. Na verdade, o que buscavam era constituir um grupo e

---

<sup>29</sup> VENANCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. 2003. 340f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003, p. 30.

um espaço. Uma vez constituído tal espaço de sociabilidade tida como “intelectual” ou “letrada”, nada mais importava, muito menos o que ali se viesse a fazer.

Buscava-se construir uma imagem, meta alcançada quando percorremos a memória construída em tornos dos gabinetes. Nela, os gabinetes e seus fundadores aparecem sempre como parte integrante da história intelectual de suas cidades, como promotores da leitura. Na verdade, percebemos esta memória como fruto de um projeto de implantação de uma prática de leitura pelos gabinetes, cujos meandros, ou que havia por detrás das cortinas, foi o que tentamos evidenciar neste trabalho.

### **Bibliografia**

- ABREU, Marcia (org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1999.
- BARBOSA, Marta Emísia Jacinto; LIMA, Jorge Luiz Ferreira. História, imprensa e redes de comunicação. *História & Perspectivas*. Uberlândia, nº 39, p. 37-57, jul-dez. 2008.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lammourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FENELON, Dea Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. In: *Prof. História*. São Paulo (10), dez, 1993, p. 73-90.
- GIZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A história, cativa da memória? *Ver. Inst. Est. Bras*. São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Contextos de leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas. In: BRESCIANI, Stella. *Imagens da cidade*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH/FAPESP, 1994, p. 147-162.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VENANCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. 2003. 340f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.